

Desexplicações e lampejos de Francisco Bento da Silva sobre o Acre

Tayson Ribeiro Teles (IFAC)*

<https://orcid.org/0000-0003-1309-8708>

[...] somos marcados pelos lugares e pelos tempos em suas múltiplas dimensões e sentidos denotativos e conotativos que nos envolvem. Ou dizendo metaforicamente, os lampejos dos vaga-lumes nos iluminam e nos obscurecem nas nossas trajetórias individuais e coletivas no ambiente-mundo e também, em particular, através das narrativas historiográficas produzidas no tempo (SILVA, 2020, p. 12).

O objetivo deste escrito é resenhar a obra “Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências” (2020), de Francisco Bento da Silva. O autor é professor da Universidade Federal do Acre (UFAC), nos cursos de Graduação em História, Mestrado em Ensino de História e Mestrado e Doutorado em Letras: Linguagem e identidade. O livro possui quatro capítulos e a obra é proveniente de sua pesquisa de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluída em 2020. No livro, Silva analisa muitas obras literárias sobre a região do Acre, escritas nos séculos XIX e XX, bem como muitos autores e muitas personagens. Analisa poemas, charges e imagens (fotografias) publicadas em jornais brasileiros no/do referido período. Não me atarei a citar tais trabalhos, autores e personagens

porque são em grande quantidade. Ater-me-ei à essência da obra de Silva, ao tema por ela tratado.

Silva inicia dizendo que explicamos e “desexplicamos” o tempo inteiro. “Desexplicar” é explicar algo já sabido por alguém a esse alguém, porém explicando de outra maneira, acredita o autor. Inspirado em Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Silva assevera ser preciso desformar e desnaturalizar o mundo. É essa a perspectiva de sua “desexplicação”. Em seu livro, o autor, com leitura fácil e ao mesmo tempo elevada densidade teórica, nos “desexplica” fragmentos da história do estado brasileiro do Acre. Os fenômenos vitais negam a existência de disciplinas separadas e estanques e negam, ainda, que o ser humano não tenha relação direta com o seu (meio) ambiente. Nessa direção, por certo, “a fantasia, o desejo, o discurso e a ideologia do humano civilizado separado da natureza é um mito incessante e ainda permanente em grupos hegemônicos da chamada tradição ocidental iluminista” (SILVA, 2020, p. 12).

Nesse sentido, “*desdizer e desexplicar*, remar contra as narrativas hegemônicas que foram sendo tecidas e cristalizadas como as únicas e verdadeiras no mundo gestado pela

* Doutorando em Letras: Linguagem e Identidade (Linguagens e Formação Docente) pela Universidade Federal do Acre – UFAC (2020-2024). Professor do Magistério Federal, Carreira EBTT, no Instituto Federal do Acre – IFAC, na área de Economia e Gestão de Finanças e Comércio. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3272508883742018>. E-mail: tayson.teles@ifac.edu.br

vaga iluminista ortodoxa torna-se tarefa hercúlea [...], mas é possível” (SILVA, 2020, p. 13). Inspirado em Walter Benjamin, Silva nos diz que não conseguimos recuperar totalmente o passado, nos sendo permitido apenas “lançar um lampejo para iluminar fugazmente o outrora” (SILVA, 2020, p. 16).

Silva perspicazmente nos propõe “desdizeres” e “lampejos” sobre as relações entre o homem (humanidade) e a natureza na Amazônia acreana de tempos atrás. O pesquisador enaltece que o passado é inapreensível, porque “o Acre visitado e palmilhado por Euclides da Cunha e tantos outros na mesma época era *outro* Acre que não o de *agora* e dos sujeitos que o habitam atualmente” (SILVA, 2020, p. 28). As águas dos rios são outras, de outras chuvas. As terras foram reordenadas pelas erosões. Nada está de igual modo ao que era naquele momento. Resta-nos, então, analisar narrativas e discursos erigidos em tal passado.

Para o autor, “há em relação à Amazônia brasileira, e ao Acre em particular, a construção duradoura de uma estética do vazio que se expressa em várias dimensões e por diversas vozes” (SILVA, 2020, p. 13) e isso precisa ser solapado. Há inúmeras narrativas afirmando, por exemplo, que no:

Acre territorial das décadas iniciais do século XX não tem crianças, não tem mulheres, não tem civilização, não tem progresso, não tem signos do moderno, não tem gente preparada para a burocracia estatal, não tem salubridade, não tem indústria, não tem projetos duradouros, não tem sociedade, etc. Em resumo, tudo falta. Ou seja, as narrativas das ausências seria aquilo que definiria o Acre através do que estou nomeando aqui de caricatura (SILVA, 2020, p. 13).

Esse “apagamento” da história pretérita do Acre, tornando-o praticamente morto, vazio de processos vitais ocorre, porque “o Acre e a Amazônia são tornados o *outro*

geográfico da *brasilidade litorânea*, pois se caracterizam pela imanência da floresta tropical sombria, [...] doenças mortíferas e coletividades anárquicas em suas formações” (SILVA, 2020, p. 15). No início da colonização do Acre pelos “pioneiros” estrangeiros ao ambiente, apesar de haver várias etnias de povos indígenas na região, “todos foram invisibilizados como não dotados de direitos e de protagonismo na lógica da sociedade *superior* e do Estado nacional dos *civilizados*” (SILVA, 2020, p. 18).

Quando o Acre passa a ser “brasileiro”, transformado em Território Federal:

Logo vão se construindo discursos sobre o que eram e como eram o Acre e suas gentes; o espaço geográfico é normalizado como sendo de imensidão incomensurável; a natureza é sentenciada como vazia, misteriosa e que provocava —, na descrição de muitos —, a sensação de solidão; e, por fim um espaço visto como sendo habitado por pessoas bárbaras ou pouco civilizadas (SILVA, 2020, p. 18).

As narrativas sobre o Acre são histórias de homens que davam de cara com um Acre vazio de tudo e que exaltavam a si próprios como engendrados do “desenvolvimento” e do “progresso” na selva bruta. Silva conta que “na virada do século XIX para o XX, o olhar de grande parcela dos homens metropolitanos do país [...] estava marcado e influenciado pela ideia generalizante de que a Amazônia era uma terra ignota, distante, inóspita e inadequada à presença do humano *civilizado*” (SILVA, 2020, p. 20). Nos escritos sobre a região, a Amazônia é, às vezes, descrita como uma dádiva, pela factibilidade de extração de riquezas naturais, outras vezes é vislumbrada como um lugar penoso, de castigo, um “inferno verde”, como nos disse Alberto Rangel (2001).

Por toda essa carga discursiva sobre a Amazônia acreana, Silva nos diz entender que:

[...] o Acre como espaço social, geográfico e político é uma *invenção*, tal qual a Amazônia. Constitui-se em uma comunidade imaginada, re-imaginada, narrada e re-narrada por múltiplas vozes durante a primeira metade do século XX. Em muito, essas operações ocorreram de fora para dentro em relação ao Acre e a Amazônia, mas também operou no sentido inverso e teve como centro irradiador as vozes locais que irão reverberar suas construções discursivas em jornais, relatórios, livros e fotografias (SILVA, 2020, p. 22).

Sobre as imagens do Acre do passado (fotos, por exemplo) consigna o autor: “[...] olhamos para elas sempre com o olhar do presente, algo que terá continuidade depois de nós com quem em outros contextos porventura queira [/quiser] re-iniciar a jornada inacabada da ‘remontagem’ historiográfica no contínuo movimento de explicar e *desexplicar*” (SILVA, 2020, p. 22). A própria imagem da capa do livro de Silva nos proporciona uma profunda reflexão sobre o papel dos indígenas no/do Acre pretérito. A imagem nos explica e “desexplica” o contexto indígena daquela época. Afinal, nas narrativas sobre a Amazônia, os “indígenas [...] são invisibilizados nessas narrativas e apresentados como destituídos de direitos e de subjetividades, animalizados ou humanizados como inferiores ao *homem branco*” (SILVA, 2020, p. 24).

Falo agora sobre o Capítulo I do livro, chamado “**O Acre como deserto conquistado: amansar e civilizar como missão**”. Neste capítulo inicial são narradas ausências sobre o Acre (e “a Amazônia”) que são relacionadas a estereótipos como o de “vazio”, de “imensidão”, de “lugar não civilizado” e de “lugar à margem da história”. O Acre é visto como “longe” nas literaturas entre 1904 e 1962, mas essa distância é também uma distância estética. Silva nos fala que “há

uma distância que é estética, de (des)gosto, de (des)semelhança e de afeição ou rejeição. [...] parte das vozes letradas [...] se posiciona [...] como sujeitos diferentes, incomodados e descentrados dos demais que vivem como eles no mesmo espaço [...] acreano” (SILVA, 2020, p. 27).

Neste capítulo, Silva nos mostra que a selva é vista como inculta. A riqueza natural tem direcionamento exógeno e não serve para o local (na visão do colonizador). “Há natureza demais e sociedade de menos” (SILVA, 2020, p. 27). Há uma queda pela denominação de deserto, porque a selva parece não ter tempo, parece ser estagnada. Nessa perspectiva, narrativas historiográficas daquele momento monumentalizavam os documentos oficiais. Sobre identidades, frisa o autor: “[...] *indígenas, brancas, caboclas, sertanejas, nordestinas, brasileiras, turcas, sírias, peruanas, bolivianas, etc. [...]* o senso comum apresenta essas identidades como sendo essencializadas e perenes” (SILVA, 2020, p. 31). Sobre os bolivianos, Silva enuncia que na lide Acre-Bolívia, para a maioria das narrativas brasileiras apenas os interesses brasileiros eram legítimos, válidos e aceitáveis. Nada se fala sobre os quereres bolivianos.

Ademais, “o Acre é então o outro geográfico, o outro cultural, o espaço das ausências que estão sempre em maior destaque do que as permanências geradas pelo fazer humano” (SILVA, 2020, p. 36). Por parte dos escritores que viajaram pelo Acre e quiseram o descrever em seus textos, havia uma incalculável preocupação “em descrever o *real* e o *verdadeiro* das relações humanas e históricas ali existentes de forma objetiva, mesmo quando se tratam de textos ficcionais” (SILVA, 2020, p. 40). O conjunto desses estereótipos sobre a Amazônia e o Acre, os vendo (apenas) como “vazios”, “desertos”

etc., Silva nos diz que é o que José Pimenta (2015) chama de “Amazonismo” e Gerson Albuquerque (2016) nomina de “Amazonialismo”.

Silva aborda os discursos envolvidos na categoria “cearense”, representante de um dos povos que colonizaram o “terrível” Acre. “O bandeirante paulista é apontado como aquele que *desbrava* terras salubres, bem situadas topograficamente [...]. A saga tardia do *sertanejo cearense* é superior porque foi realizada em uma ‘zona tórrida’, região ‘infecta’” (SILVA, 2020, p. 46). Sobre os cearenses que “conquistaram” o Acre, Silva, citando Durval Muniz de Albuquerque Júnior, diz que as:

[...] narrativas sobre os intrépidos, corajosos e heroicos nordestinos foram uma forma das elites nordestinas se contraporem a uma narrativa historiográfica emanada [...] desde o século XIX, em que predominou a tese da conquista do território nacional como obra do bandeirante português/paulista. A chamada conquista do Acre é então a oportunidade dessa narrativa regionalista do Norte/Nordeste emergir, algo que em grande medida foi realizado por intelectuais cearenses, estado de onde provinha boa parte desses migrantes (SILVA, 2020, p. 46).

Sobre os governantes estrangeiros do/no Acre Federal, Silva diz:

Devemos ter em mente que na ótica desses governantes, as cidades amazônicas vão se constituindo para gentes e pessoas que deveriam incorporar os “usos e costumes corretos” instituídos por decretos no meio citadino. Por isso deveria haver a separação clara das práticas do mundo rural/florestal, daquelas das cidades governadas por essas autoridades que eram geralmente militares com formação em engenharia e medicina (SILVA, 2020, p. 49).

Nessa direção, no século XIX, alguns jornais, notadamente do Rio de Janeiro – capital brasileira daquela época, publicavam

notícias e fotografias sobre o/do Acre, sobre/de festas no Acre, dizendo “o melhor estabelecimento local”, em relação a imagens de casas de festas simples, de madeira, em Xapuri, por exemplo. Havia muito preconceito, deboche e ironia em face do Acre, narra o autor. “O Acre torna-se se o antípoda do Rio de Janeiro em matéria arquitetônica e em relação aos padrões de bom gosto, refinamento e cosmopolitismo” (SILVA, 2020, p. 54).

Discurso agora brevemente sobre o Capítulo II, chamado “**Bichos, florestas e doenças: o outro mundo selvagem**”. Neste capítulo as ausências sobre o Acre se referem a questões higiênicas, de alimentação, de (in) salubridade, de clima e de costumes. Silva clarifica que “viajantes, exploradores, naturalistas, religiosos, militares e outros tantos teceram desde muito tempo os mais variados discursos e sentenças sobre o lugar que visitavam ou do qual recebiam informações por meio de terceiros” (SILVA, 2020, p. 58).

As sentenças e discursos são tantos que, por exemplo, a ideia de “eldorado” é *el dorado*, ou seja, o ouro. Os colonizadores queriam encontrar ouro na Amazônia a todo custo. Para muitos estrangeiros, se as pessoas do Acre fossem “civilizadas” o clima da região, a quentura, por exemplo, melhoraria. “A relação de causa e efeito seria então automática: gente civilizada, clima em harmonia com os humanos” (SILVA, 2020, p. 62). Para muitos colonizadores/viajantes, as florestas amazônicas eram inesgotáveis/imensas: “O adjetivo imenso era, para muitos cronistas, um termo incapaz de descrever o que seria - objetiva e subjetivamente - a rede florestal amazônica que se torna uma das metonímias mais usuais para alegorizar a região até os dias de hoje” (SILVA, 2020, p. 63).

Contraditoriamente, Silva nos lembra que a região narrada como de valor inferior

e de completos “vazios” é ao mesmo tempo tida como um “eldorado” e fonte de solução para várias necessidades dos colonizadores “civilizados”. Sobre a alimentação, o pesquisador nos diz que a unidade básica do seringal era o barracão, onde todos os seringueiros deveriam comprar seus mantimentos, sendo geralmente vedado o plantio agrícola. Sobre a saúde, o Acre Federal era “terra de morticínios, de doenças e de doentes. Não era lugar para gente sadia viver sem atribuições” (SILVA, 2020, p. 78).

Frente às doenças do/no Acre Federal, o que era desejado não era mais criar uma “neoeuropa”, mas trazer o Brasil e a “brasilidade” para o Acre que estava à margem da história brasileira. No Acre desse período, “humanos são frequentemente desumanizados porque não teriam ainda saído da barbaria e não atingiram a civilidade plena, a natureza é antropomorfizada com características humanizantes porque o ‘conquistador’ ainda não penetrou, domou” (SILVA, 2020, p. 84).

Teço agora breves comentários sobre o Capítulo III, chamado de “**Indígenas e caboclos no caminho da conquista e da colonização**”. Neste capítulo o autor discute os preconceitos travados *in faciem* dos povos indígenas do Acre, sempre vistos pelo colonizador como despossuídos de “civilidade” igual à do “branco”. “As ausências do território se referem à falta de estrutura física, das paisagens, do arcabouço mental e dos produtos do mundo europeu aos quais os colonizadores estavam acostumados” (SILVA, 2020, p. 86) e, nesse foco, indígenas eram vistos como incapazes de gerar civilização e nacionalidade.

Questionava-se a humanidade dos indígenas, os vendo como crianças. Criticava-se a ausência de ambição do caboclo amazônico. Mulheres indígenas eram violentadas.

Eram vistas como semi-civilizadas. Silva narra que, para alguns autores, caboclo é o indígena mestiçado, que fala português, que está deslocado cultural e socialmente. As mulheres indígenas eram vistas do ponto de vista de disponibilidade sexual.

Vestia-se indígenas crianças como “crianças modernas”, com calças e meias longas. Fotos dessas “catequizações” eram noticiadas no Rio de Janeiro. “Além das marcas da identidade *brasileira*, a desejada e fugaz busca de uma sempre incompleta *identidade acreana* pressupôs a negação de quaisquer traços indígenas como elementos valorativos em sua formação genealógica e cultural” (SILVA, 2020, p. 108). Silva frisa que os mundos indígenas “acreanos” se transformaram por completo, cultural e socialmente, com a chegada do colonizador, sendo tal transformação drástica e vinculada à instauração de valores e modos de vidas externos ao local. No “Acre” do final do século XIX e início do XX, “havia presenças significativas de indígenas que se tornam um incomodo problema a ser resolvido através dos genocídios, dos apresamentos e incorporações deles ao processo colonial interno que vai sendo aprofundado” (SILVA, 2020, p. 112).

Erijo agora curtos comentários sobre o Capítulo IV, chamado “**As disputas pelo Acre: narrativas do risível e do heroico**”. Este capítulo serviu de base para o pesquisador discutir questões várias relacionadas as buscas, por parte de alguns, por uma (in) existente “identidade acreana” identidade tal forjada precipuamente com foco nos “eventos de luta contra bolivianos e peruanos pela incorporação do Acre ao Brasil” (SILVA, 2020, p. 147). Sobre a “questão do Acre”, nos jornais nacionais, Silva diz que “tivemos publicados artigos sérios, patrióticos e alicerçados em bases jurídicas, [mas] tivemos também artigos e charges em tons satí-

ricos que transitaram no campo da ironia e da galhofa” (SILVA, 2020, p. 114).

Silva dicciona que a América e Amazônia são nomes femininos, porque há uma fetichização de ver esses lugares como mulheres. São regiões “simbolicamente desvirginadas e conquistadas pelo homem branco, cristão e europeu” (SILVA, 2020, p. 115). Consoante o autor, o Acre primeiramente é visto como um “estorvo” para a nação brasileira. É visto como um lugar longe, “vazio” e “povoado por selvagens indígenas e migrantes tumultuários” (SILVA, 2020, p. 121).

Sobre o Acre, diz Silva:

Domesticar o território e suas gentes deveria ser obra estatal que precisava ali se estabelecer e regular o lugar e suas gentes através dos poderes militar, fiscal, judiciário e executivo. E, ao longo do tempo, irem sendo minorados os decantados *atrasos* e ausências culturais e materiais, centradas no descompasso histórico, da incipiente infraestrutura, do distanciamento político e pátrio dos seus nacionais que ali viviam. O que é estorvo político, cultural e geográfico, compensava pela possibilidade presente de riqueza que oferecia e de remissão futura que estaria fadada a ocorrer por mão dos operosos *heróis, colonizadores e administradores* (SILVA, 2020, p. 131).

Sobre o Movimento Autonomista, Silva escreve que, embora tenha algum senso de “justiça”, basicamente as demandas dos “autonomistas” foram sempre ligadas a interesses das elites econômicas locais daquele momento que desejavam mais autonomia e um lugar de protagonismo na política da região. Conforme o autor, foram criadas várias narrativas e construídos vários heróis sobre a “Revolução Acreana”. Assim, o Acre passou a “ter uma história”. “O Acre não estava mais à margem da história. A sentença euclidiana havia sido superada” (SILVA, 2020, p. 139). Nesse contexto, todas as narrativas sobre a

luta do Acre para se tornar brasileiro “carregam o olhar no elemento patriótico e de defesa dos sempre indigitados interesses do Brasil, do Acre e dos brasileiros do Acre. Isso ocorre mesmo que internamente seus próceres tivessem divergências pessoais” (SILVA, 2020, p. 142).

Sobre o Acre, tem-se que há:

[...] um conjunto de ausências que lhe são narradas, outorgadas, sentidas, determinadas, visualizadas e inventadas. Temos um Acre que é em grande medida mostrado como um não-lugar, seja como sociedade ou parte de alguma nação (Brasil, Peru e Bolívia) até os anos iniciais do século XX. Um território visto como desterritorializado porque não teria marcas humanas na lógica do progresso e das nacionalidades que lhes disputavam. Outra ausência narrada com frequência é a do pioneiro/colonizador que lhe “conquista” tardiamente, portanto ela logo é preenchida pelas narrativas vencedoras dos brasileiros do Acre. Sua incorporação ao Brasil em 1903 gerou, após esta data, novas disputas genealógicas, heroificantes e consequentemente de reelaborações de outros discursos em torno das ausências ou superação delas. Por definição, temos um Acre diverso e repetidamente inventado (SILVA, 2020, p. 144).

Para concluir sua obra, o autor diz que no livro teve o “intuito de *desexplicar, desconstruir e remontar*, em uma narrativa de fundo historiográfico, algumas questões quase sempre apresentadas como óbvias” (SILVA, 2020, p. 146). É nessa perspectiva que relevo o livro de Silva como um elemento com força incisiva para nos fazer refletir sobre a história do Acre a partir de outros olhares, olhares que tentam “desexplicar” o que sempre fomos “programados” para enxergar como “o verdadeiro”, como “a verdadeira história do Acre”. Ainda hoje há preconceitos geográficos e sociais contra o Acre, muitos provindos de próprios brasilei-

ros e, nesse prisma, em relação ao Acre, em nossas ações diárias, às vezes sem vermos/percebermos, todos nós, “acreanos”, marginalizamos alguns grupos sociais e étnicos desse lugar, simplesmente porque fomos assim ensinados pelos colonizadores do passado. Silva nos faz refletir profundamente sobre isso. Sobre ser premente torcermos nossos olhares sobre o Acre e suas gentes.

Referências

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. 5 ed. Manaus: Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, formas de olhar e de narrar**: natureza e história nas ausências. Rio Branco: Nepan, 2020, 157p.

Recebido em: 15/03/2022
Aprovado em: 10/05/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.